

Capítulo: A experiência econômica da Espanha revolucionária: polêmicas sobre a autogestão e planificação econômica centralizada

Everaldo de Oliveira Andrade

Embora com importantes estudos realizados anteriormente, os temas relacionados às experiências econômicas durante o período da revolução espanhola vêm merecendo pouca atenção nos últimos anos. O objetivo desse texto é o de realizar uma breve análise da gestão coletiva que trabalhadores do campo e das cidades realizaram sobre os meios de produção na Espanha revolucionária. O período compreendido por essas ações foi aquele em que na URSS ocorria o Segundo plano quinquenal iniciado em 1933. Embora ocorressem essas duas experiências paralelas de gestão econômica de orientação anticapitalista, provavelmente houvesse mais motivos e características nesse momento para distanciamentos e não para aproximações. Aqui, buscaremos sempre que possível traçar uma comparação entre as duas experiências levando-se em conta alguns dos debates relacionados às questões como centralização x autogestão, papel de sindicatos e partidos, as conjunturas do mercado e as possibilidades de sobrevivência de pequenas economias de enclave locais em uma economia mundialmente estruturada.

Havia certamente um processo de características comuns na medida em que setores fundamentais das classes trabalhadoras do campo e da cidade na Espanha de 1936 buscavam se apropriar dos meios de produção em mãos dos capitalistas, questionando diretamente o regime da propriedade privada dos meios de produção. Além disso, caberia destacar que o processo político que ocorria na Espanha revolucionária era marcado pela constituição de órgãos próprios de poder democrático das massas como comitês, assembleias de fábricas e coletividades que abarcavam responsabilidades que iam além de gestão de setores da produção. Sendo assim e sob certos aspectos, as características e tradições históricas locais do movimento operário espanhol não nos deveriam afastar do fenômeno principal que marcou o processo revolucionário russo em sua fase inicial até 1921 e o que ocorreu efetivamente na Espanha revolucionária entre 1936 e 1939. Nesse sentido, uma exposição da situação mais próxima do comunismo de guerra entre 1917 e 1921 na Rússia revolucionária parece ser mais apropriada para uma possível comparação entre as duas experiências de intervenção operária e gestão revolucionária da produção. Em que pesem as diferenças de tradição histórica, de conjuntura e as particularidades e dificuldades locais de funcionamento da produção, o que havia de comum era o fato da classe operária buscar através das suas organizações e seu conhecimento concreto da produção, fazer funcionar e produzir o conjunto da economia ou pelo menos um importante setor com razoável articulação, responsabilidade por si só revolucionária e que questionava o coração do modo de produção capitalista. Com o golpe fascista de Franco as massas passaram à iniciativa e o resultado foram as coletivizações de terras e a ocupação de fábricas pelos sindicatos incitados em grande medida por iniciativa da CNT e da FAI¹.

Um aspecto que poderia ser comparado em suas linhas gerais dizia respeito as características conjunturais que aproximaram as duas experiências. De fato, tratava-se de ação

1 Rudolf Rocker, *A tragédia da Espanha, notas sobre a guerra civil*, 2 ed., São Paulo: Terra Livre, 2016. p. 24-35.

econômica de apropriação da classe operária sobre os meios de produção em um período de luta armada contra as forças da reação contrarrevolucionária. A excepcionalidade dessa situação impunha uma série de limitações e desafios ao alcance das medidas econômicas propriamente ditas ou as comprometia com a luta política geral. Ainda que o governo de Frente Popular fosse uma aliança de classes de partidos operários com setores da burguesia espanhola, portanto bem diversa da composição do governo dos bolcheviques de 1917, havia uma dinâmica revolucionária no interior do movimento operário que conduzia a uma ruptura possível dessas dinâmicas aliancistas.

Acrescentem-se ainda como tema de reflexão sobre a experiência econômica espanhola as relações entre a viabilidade de uma economia parcialmente fora do mercado e suas relações com mercado mundial capitalista. Um dos problemas concretos da experiência autogestionária espanhola dizia respeito às dificuldades que surgiram com empresas que buscavam funcionar e se relacionar com outras empresas, dependentes de insumos, de trocas, de moedas, de energia e dispostas a se autogerirem no espaço local. A presença esmagadora do mercado mundial, de suas pressões econômicas e tecnológicas colocava o setor autogestionário frente a desafios gigantescos. Como se resolveria essa situação sem articulações mais amplas e centralizadas era uma questão que ultrapassava os marcos ideológicos historicamente defendidos pelos anarquistas de diferentes matizes. O plano econômico alternativo dos stalinistas pouco respondia a essa questão.

Um quarto aspecto que pode merecer comparações diz respeito às propostas, obstáculos e soluções de caráter técnico e administrativo implicadas na gestão das empresas e localidades sob controle operário. Aqui se trata também de se pensar sobre a questão da centralização e planificação como modelo ou alternativa frente ao que se propunha com a experiência autogestionária espanhola. Um último tema que se relaciona diretamente com os problemas de gestão administrativa que deve permitir comparações está ligado diretamente à questão da luta política pelo poder, as relações e alianças estabelecidas pelas organizações operárias, suas particularidades e tradições locais de luta e a real possibilidade de que essas experiências pudessem consolidar novos organismos de poder político.

Podemos questionar se o que se propunha como “modelo soviético” era de fato expressão da revolução russa e dos debates econômicos da década de 1920 ou a deformação stalinista em seu mais alto grau. O projeto econômico dos stalinistas espanhóis, como veremos a frente, dizia muito mais respeito a forma que ao conteúdo da planificação econômica centralizada das economias socialistas. Os debates ocorridos na Rússia soviética tanto na transição do chamado “comunismo de guerra” para a NEP, como o período preparatório ao primeiro plano quinquenal de 1929 foram extremamente ricos em elaborações e questões que fundamentaram muitas medidas e ações da economia soviética posteriormente. Sabe-se, todavia que a stalinização do movimento comunista destruiu os espaços de liberdade da ciência econômica socialista que nascia nesses anos e provavelmente tenha havido aí uma explicação para um hiato com a experiência espanhola da década de 1930.

A viva e criativa experiência do socialismo soviético em sua fase inicial, o desenvolvimento dos planos quinquenais e a aceleração do crescimento econômico da União Soviética provavelmente oferecessem maior autoridade política para os partidos comunistas na década de 1930 discutirem políticas dessa natureza. A influência da propaganda soviética e dos resultados dos planos quinquenais, da industrialização, das coletivizações nos campos

(pouco se conhecia nessa época dos detalhes da forma como foram realizadas essas coletivizações), eram vistas pelas amplas massas trabalhadoras do mundo como exemplos concretos das possibilidades oferecidas pela construção do socialismo. Mas até que ponto essa força de atração era coerente ou integrava a ação das massas trabalhadoras espanholas hegemônicas por grupos anarquistas, socialistas e comunistas de esquerda? De fato, era inegável que a imagem revolucionária da URSS de 1917 e de sua revolução eram instrumentalizadas com grande eficiência pela burocracia stalinista. No período anterior à guerra civil e à revolução espanhola o regime stalinista criou uma rede de colaboradores da propaganda soviética na Espanha, que por outro lado, estava muito mais voltada a captar informações de atividades antissoviéticas. Um exemplo interessante de como a propaganda incidia foi a divulgação do I Plano quinquenal, que foi reproduzido em um envio de 1931 para a Espanha de uma tradução castelhana voltada para um público juvenil: *“Relato del Gran Plan Quinquenal para la mentalidad infantil”*². As críticas dos trotskistas, ainda que elaboradas, racionais, precisas, atingiam círculos restritos da militância revolucionária, o que contraposta ao poder econômico e político da intervenção da URSS no processo espanhol, teve um efeito contraditório profundo e decisivo sobre a experiência socialista que buscava a classe trabalhadora espanhola³.

Deve-se, por fim, destacar ainda que os estudos sobre autogestão econômica inspirados na experiência espanhola se multiplicaram em particular após o maio de 1968, quando ocorreram diversos levantes operários e da juventude em vários países. Tratava-se naquele momento do ponto de vista de muitos autores, militantes de esquerda de partidos operários ou de sindicatos, de buscar novas ou antigas formas de ação da classe operária que se contrapusessem ao burocratismo soviético. Muitos dos textos produzidos nessa época versavam sobre empresas coletivizadas e autogeridas, além de estudos sobre as várias maneiras como os operários tornaram-se donos dos meios de produção e as novas possibilidades abertas à democracia operária. Houve uma ala desses autores dispostos a utilizar as experiências de autogestão da Espanha revolucionária como contraponto e instrumento político para se questionar as organizações que constituíam os tradicionais movimentos operários existente em sindicatos e partidos operários. O debate sobre formas alternativas de gestão das empresas e de democracia participativa e horizontal se desenvolveu, sem que necessariamente se contestasse o coração do capitalismo em que prosperaram as empresas.

A título de exemplo geral, um dos teóricos destacados desse período foi André Gorz⁴ que sofreu o impacto dos 'anos gloriosos', caracterizados por rápido desenvolvimento dentro dos países capitalistas avançados, quando escreveu: *“Não é mais possível, nas sociedades desenvolvidas onde a pressão das necessidades vitais se atenua, fundamentar a necessidade do socialismo a partir de uma negação imediata do sistema vigente, a partir de uma recusa. Porque a*

2 Kowalsky, Daniel. *La Unión Soviética y la guerra civil española, una revisión crítica*. Barcelona: Crítica, 2004, p. 147-150.

3 Em um exemplo concreto desse complexo processo político e histórico, poderíamos também afirmar que foi uma das formas com que foi possível explicar que a grande massa de jovens radicalizados do partido socialista espanhol se deslocasse da influência neles exercida por Trotsky para o controle do partido comunista stalinizado. Em última instância podemos afirmar que a juventude socialista havia sido corrompida pela propaganda e pelos meios econômicos dispostos pelo stalinismo na Espanha, como destacamos brevemente a frente. Ver: Pierre Broué, *A revolução espanhola 1931-1939*, p. 175

4 GORZ, André, *Estratégia operária e neo capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. Parte das reflexões desta seção fazem parte do artigo *Mário Pedrosa e o debate sobre a planificação socialista no Brasil*, publicado na revista *Diálogos*, 20(1), pp. 117-135. Ver: <http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v20n1.32278> em 18/05/2017.

intolerabilidade deste sistema não é mais absoluta, mas relativa". Ele propunha uma "reforma não reformista...", ou melhor, o projeto de um contra plano socialista paralelo ao plano capitalista. Dessa forma, sua perspectiva "*supõe que os trabalhadores conquistem poderes, ou afirmem um poder (isto é, um poder não institucionalizado), suficientes para abrir, para conservar abertas e para ampliar no seio do sistema das orientações exigentes... A única linha possível é a de conquistar, desde já, poderes que o preparem para a direção da sociedade...*". O que Gorz parecia propor não era nada parecido com uma dualidade de poder (algo muito específico de situações revolucionárias), mas de um poder paralelo, com risco de ser complementar, ou poderes subalternos e autônomos, poderes de autogestão de parcelas da economia ainda hegemonicamente capitalista. Como veremos a frente, esta perspectiva e abordagem possuía paralelos com a experiência de grupos anarquistas sobre a autogestão durante a revolução espanhola⁵.

As iniciativas de apropriação direta dos meios de produção pelos trabalhadores colocaram sempre, historicamente, a questão sobre as novas formas possíveis de gestão da economia em contraste com sua apropriação privada pela burguesia. Ao questionar a propriedade privada se está frente a frente com o coração do poder político e econômico da burguesia como classe. Embora a maioria dos autores debatidos nesse texto tenham enfatizado as particularidades na Espanha das coletividades agrárias e gestões operárias das fábricas, podemos vê-las mais amplamente. Ou seja, em seus liames mais profundos e perenes com a experiência da classe trabalhadora como classe que se confronta com o capitalismo em toda sua extensão. E essa situação é sempre absolutamente intolerável aos capitalistas por permitir desalienar os trabalhadores do processo produtivo sob controle do capital. A revolução espanhola, nesse sentido, provavelmente tenha se construído em experiência particular e ao mesmo tempo de alcance geral ao expressar uma ação concreta de autogestão paralela ao capitalismo.

O processo político da revolução espanhola

A Revolução Espanhola se iniciou em 19 de julho de 1936 quando uma greve geral convocada pelas centrais sindicais UGT e CNT impediu que uma rebelião militar levasse os fascistas dirigidos pelo general Franco diretamente ao poder. Os operários pegaram em armas, cercaram os quartéis e defenderam o novo governo republicano. Este movimento era parte de um longo processo revolucionário, combinando as profundas contradições históricas da antiga Espanha monarquista, recém derrubada, com a situação revolucionária e explosiva da década de 1930.

A velha Espanha católica e conservadora começou a definhar de fato no final do século XIX quando suas últimas colônias foram perdidas (Cuba, Porto Rico e Filipinas) na guerra com os Estados Unidos. No início do século XX era predominantemente um país agrícola em que mais de 70% do povo vivia no campo, em terras controladas em sua maioria por fidalgos. A igreja reacionária e pró-oligárquica era a maior latifundiária do país, além de controlar praticamente sozinha o ensino (45% dos espanhóis eram analfabetos). O Exército era o refúgio dos jovens das classes dominantes decadentes aferradas a privilégios.

A burguesia espanhola fora incapaz de impor seu domínio sobre o mercado interno, não conseguindo garantir a plena unificação nacional do país. A indústria era frágil e

⁵ Ibidem, pp. 10-17.

concentrada principalmente no país Basco e na Catalunha, aonde as lutas separatistas tinham importância. As principais propriedades industriais estavam em mãos de estrangeiros. Essa situação fazia da Espanha, como fora a Rússia em 1917, um dos elos fracos do capitalismo europeu. Mas essa História aparentemente inercial se acelerará por conta das contradições provocadas com o final da Primeira Guerra e pela ação do movimento operário espanhol, que ganha vigor pelo impulso da Revolução Russa de 1917. Isto obrigará o rei Afonso XIII a endurecer o regime e recorrer aos serviços do general Primo Rivera em 1923 para impor uma ditadura e tentar controlar as agitações sociais que desestabilizavam o sistema político. A crise econômica mundial de 1929 esgota os limites da ditadura e obriga o rei a chamar eleições para 12 de abril de 1931.

A crise econômica contaminava profundamente o velho edifício político provocando deslocamentos mesmo no interior das classes dominantes. A brecha institucional aberta com a convocação de eleições não deixará de ser utilizada pela população: há uma votação em massa contra a instituição da monarquia e a tudo que ela representava contra os direitos e demandas populares. A burguesia busca então rapidamente se antecipar a qualquer ruptura revolucionária e firma o "Pacto de San Sebastian". O Rei é descartado e é fundada a República. As massas trabalhadoras sentem-se fortalecidas com a queda da monarquia e, ao contrário do que esperava a burguesia, não fora selado o processo de ruptura em andamento.

A política do governo republicano desde 1933 provocava crises do movimento operário. Essa nova conjuntura desencadeou inéditos realinhamentos e impactou o movimento operário espanhol, que era dividido tradicionalmente entre o sindicalismo anarquista da confederação nacional do trabalho (CNT) e o movimento reformista controlado pelo partido socialista operário espanhol (PSOE) e a UGT (união geral dos trabalhadores). Os anarquistas possuíam grande enraizamento social e força de mobilização, tendo jogado papel fundamental na greve geral insurrecional de 1917. Com a vitória dos bolcheviques em outubro de 1917 um setor dos anarquistas aproximou-se da Rússia revolucionária (Andrés Nin e Joaquim Maurín) e participou da fundação da Internacional Sindical Vermelha em Moscou. O PSOE também foi envolvido pela revolução russa e em 1923 surge a partir de uma cisão entre seus militantes o PCE (Partido Comunista Espanhol). Desde cedo o novo partido sofre a repressão da ditadura Primo Rivera.

A corrente dominante da CNT e do PSOE aderira à coalizão com a burguesia em 1933 e muitos militantes da UGT e CNT se chocam com seus dirigentes fruto da política de colaboração de classes, ainda que distante daquela que ocorrerá em 1936 com a Frente Popular. O pequeno PCE, já então submetido ao estalinismo, passa a aplicar nessa época a chamada "política do 3º período" caracterizada pelo sectarismo e recusa da unidade operária. Os socialistas são chamados de "social fascistas" e os anarquistas de "anarco fascistas", o que vai auxiliar os setores do movimento operário mais conservador e ajudar a fragmentar ainda mais os trabalhadores. A Oposição de Esquerda, dissidência interna na III Internacional e contrária ao stalinismo, era dirigida na Espanha até esse momento por Andrés Nin, que retornara da URSS em setembro de 1930. Nin estava ligado à Oposição de Esquerda Internacional e consegue a adesão de grande parte dos membros do PCE, principalmente por conta de defesa sem condições da unidade operária e contra a política de divisão defendida pelos dirigentes stalinistas nessa época.

Na agitada conjuntura desse período as eleições de novembro de 1933 dão vantagem à direita. No PSOE aumentam as contradições internas. Seu histórico líder sindical Largo Caballero e as Juventudes Socialistas (JS) se declararam favoráveis à frente única operária defendida pelos trotskistas. A evolução à esquerda de um setor do PSOE leva Trotsky a propor o entrismo dos membros da Oposição de Esquerda liderada por Nin para constituir um polo revolucionário de atração no PSOE. Mas a maioria dos oposicionistas espanhóis se recusa. Haviam se aproximado do BOC (Bloco Operário Camponês) de Maurín nos combates pela frente única operária. Por outro lado, o fortalecimento da direita nas eleições de 1933 levava a um agrupamento político em torno da esquerda republicana. Em janeiro de 1935 é formada uma coalizão para enfrentar a direita da qual participa o PSOE, o PCE e setores do futuro POUM (Partido operário de unidade marxista) com partidos burgueses como a esquerda republicana e a união republicana.

Em 25 de setembro de 1935, em Barcelona, a Esquerda Comunista, rompida com Trotsky, e o BOC de maurín se unem dando origem ao POUM. A esquerda do PSOE e sua imensa juventude socialista são entregues à influência direta dos estalinistas do PCE, que nesse momento dá uma guinada em sua orientação política rumo à Frente Popular expressa por alianças e colaboração de classes com os partidos burgueses para supostamente combater o fascismo que avança. Deve-se enfatizar que nessa atmosfera revolucionária era ainda imenso o prestígio da revolução russa entre os trabalhadores. A esquerda socialista no PSOE se distancia do POUM e se aproxima do pequeno partido comunista que conta, porém, com astros internacionais, capacidades organização e meios materiais consideráveis, além de uma política que atrai setores da pequena burguesia amedrontada com a radicalização política crescente. O stalinismo se alimenta da herança revolucionária de 1917 e muitos dirigentes da esquerda socialista passam a defender a fusão com os comunistas, o que ocorre no terreno da Juventude em abril de 1936 com unificação da minúscula juventude comunista e da ampla juventude socialista, dando origem da Juventude socialistas unificadas. Esse reforço dos estalinistas favorece sua política de frente popular e aliança com burguesia, enfraquecendo ao mesmo tempo o POUM como possível polo de atração aos militantes mais radicalizados à esquerda. O POUM também era favorável ao acordo com partidos burgueses em uma Frente Popular.

No dia 16 de fevereiro a Frente Popular vence as eleições por pequena margem de votos. A vitória significava, por um lado, que as massas trabalhadoras não queriam abandonar o seu terreno para a ala reacionária e conservadora, mas por outro, se criava uma situação contraditória e explosiva entre as expectativas das massas e o pacto realizado. O programa da aliança eleitoral de 1936 da Frente Popular já revelara sérias limitações em suas possibilidades de atender as expectativas populares. A formação da Frente Popular em grande medida refletia o engano e armadilha sob a qual as organizações dos trabalhadores espanhóis depositavam as esperanças das suas bases sociais. A burguesia impunha limites claros mesmo às pretensões reformistas mais modestas. Por exemplo, a posição política dos republicanos era de não aceitar o princípio da nacionalização das terras e sua devolução gratuita aos camponeses exigidos pelos delegados do partido socialista. O programa é em geral bem difuso em relação a uma série de reivindicações exigidas pelos delegados socialistas, que propunham: redução dos impostos e contribuições dos trabalhadores, ação contra a usura, diminuição das rendas abusivas, intensificação do crédito agrícola, revalorização dos produtos da terra. Além disso, como medidas para a reforma da propriedade da terra é proposta a

revogação imediata da lei sobre os arrendamentos e revisão das dispensas dadas. Como breve concessão às organizações de trabalhadores se mencionava no programa da Frente que formas de cooperação seriam estimuladas e as explorações coletivas protegidas. Os republicanos não aceitavam a proposta de abono-desemprego exigido pelos representantes operários, muito menos suas propostas de nacionalização dos bancos. Os acordos tem como fim limitar e amarrar as organizações operárias a um pacto com a burguesia.

Desfiles pela vitória da Frente Popular ocorrem em todo o país, prisioneiros operários são libertados, e explodem greves pela readmissão imediata dos trabalhadores demitidos, pelos campos se multiplicam ocupações de terra. A juventude se radicaliza e pede a ditadura do proletariado. Os dirigentes do partido socialista e comunista buscam preservar os acordos e denunciam as ações das massas como "fazendo o jogo do fascismo e da anarquia"; afirmam defender reformas progressivas e prudentes. Porém, da luta de classes se desenvolve, operários exigem pagamento de salários atrasados, a reposição de aumentos etc.

A direita reage e organiza o terrorismo com assassinato de dirigentes, tece laços cada vez mais próximos com Hitler e Mussolini através da Falange, da juventude Ação Popular, da União Militar Espanhola e a confederação espanhola das direitas autônomas (CEDA). A Itália estava diretamente interessada nos recursos naturais da Espanha como o ferro, além disso, o controle dos portos da Espanha permitiria desconectar em parte a França de suas colônias. Certamente sem a interferência das forças estrangeiras a revolta fascista de 1936 teria sido facilmente liquidada. Havia uma histórica tradição de resistência às invasões na Espanha, o que necessariamente não significava vitória na luta anti-franquista pois esta tinha apoios internos. As intervenções estrangeiras na Espanha que vinham do século XIX e refletiam a crescente decadência do império, mas agora havia mais complexidade. Mesmo a Inglaterra avaliava que uma revolução social poderia ser acompanhada da guerra civil e ameaçava seus interesses econômicos e via com reservas uma interferência direta⁶.

A direita passa a tomar iniciativas cada vez mais decididas. O afastamento de generais conspiradores contrários à república não impediu o progresso dos preparativos do golpe. O governo da frente popular, porém, não criava condições para desarmar como deveria os comandantes do exército, pois temia igualmente à ameaça do movimento operário. Atingiu de maneira branda cada um dos seus adversários à direita e esquerda.

Na noite do dia 17 para 18 de julho de 1936 a sublevação militar se iniciou. A primeira reação do governo da frente popular ao golpe de Franco foi buscar formar um novo governo com setores mais à direita. A contrarrevolução franquista recebe ajuda externa da Itália fascista e da Alemanha nazista, e inicia uma guerra de movimento contra a república. A URSS propõe inicialmente um pacto de não intervenção com outros países, o que terminava por ajudar os franquistas. Stálin busca usar a Espanha em suas negociações com as potências capitalistas. Porém, a ação das massas que exigiam armas impediu de início tal tentativa de apaziguamento. Na marinha os marinheiros paralisaram o golpe e executaram oficiais sublevados. Em Barcelona multidões impõem o controle dos quartéis. Em Madri os militares se dividem e cedem.

No dia 20 de julho de 1936 é possível dizer na maior parte da Espanha que a autoridade do estado ou foi varrida pela revolução ou pelo golpe franquista. Surge uma diversidade de órgãos de poder de massa com funções executivas e legislativas: comitês

6 Rudolf Rocker, op cit, pp. 43-44

revolucionários, antifascistas, de salvação pública, etc. Milícias substituem o exército e há confisco dos bens da igreja, empresas são ocupadas pelos operários e ocorre um movimento de coletivização da terra e criação de cooperativas. Uma situação de duplo poder avança rompendo a legalidade republicana na via de um estado de tipo conselhistas. Mas havia muitos obstáculos no caminho da revolução almejada pela esquerda revolucionária.

Socialistas e anarquistas, por diferentes motivos, crença nas reformas para uns e repúdio ao poder de estado para outros, se recusam a lutar diretamente pelo poder político, mas defendem a coalizão de governo com os republicanos. Os estalinistas tornam-se os maiores defensores da república e combatem qualquer intento de romper o pacto com a burguesia republicana. Um novo governo foi formado em 9 de outubro de 1936 e tem à sua cabeça o velho dirigente sindical do PSOE Largo Caballero, que dissolve muitos dos comitês surgidos da resistência antifascista e tenta enquadrar as milícias revolucionárias, suprime ainda os conselhos de soldados e busca "legalizar" as conquistas revolucionárias, para controlar e impedir sua ampliação. A ofensiva buscava desmantelar os conselhos de operários e soldados, o poder armado da CNT e dissolver os tribunais populares.

Esta virada da revolução, uma tentativa de suspendê-la na verdade, é acompanhada pela ampliação da ajuda da URSS, que busca como contrapartida o disciplinamento e contenção do entusiasmo revolucionário. O envio regular e em grande quantidade de materiais de propaganda soviética se inicia entre novembro e dezembro de 1936 e vai até outubro de 1937, que correspondia também a uma ostensiva presença diplomática. Entre os vários produtos de propaganda e agitação estavam obras de Marx, Lênin e Stálin, obras sobre o II Plano Quinquenal, a sociedade, o estado⁷. Cresce também a ajuda direta em armamento da URSS foi toda paga com ouro do estado espanhol, em cifras que rondam aproximadamente U\$525 milhões e esgota suas reservas. O apoio soviético dá-se dentro dos parâmetros normais de mercado⁸.

Os dirigentes comunistas afirmavam ser necessário manter a qualquer preço a frente popular e o respeito às instituições legais buscando separar a guerra da revolução. O POUM de Andrés Nin se afunda em um doutrinismo longe da realidade ao afirmarem que a ditadura do proletariado já estaria se realizando e se negarem a desenvolver a perspectiva de se formar órgãos de poder de massas: "*O nosso proletariado já tinha sindicatos, partidos, organizações próprias. Foi por isso que os soviets não surgiram entre nós*", diria Andrés Nin em abril de 1937⁹. O POUM e os anarquistas da CNT retomam a luta por comitês revolucionários, despertando a ira dos estalinistas, que através do governo republicano desferem feroz ofensiva contra os militantes revolucionários. A ofensiva contrarrevolucionária do stalinismo na Espanha buscava também impedir que avançassem iniciativas coletivistas nas cidades e suas fábricas e empresas, como veremos a frente. Diversos eventos revelam os ataques crescentes como a dissolução dos comitês operários de Abastos em janeiro de 1937, a ilegalização da coletivização da indústria leiteira pela Generalitat em fevereiro de 1937, a intervenção de maio de 1937 contra a telefônica de Barcelona, destruição das coletividades de Aragão em agosto de 1937¹⁰. A revolução deveria ceder lugar a contrarrevolução estalinista, mas o movimento operário não havia dado ainda a última palavra.

7 Kowalsky, Daniel. Op cit, p. 159-160.

8 Idem, p. 232-240. O preço político, no entanto, foi extremamente alto.

9 Andrés Nin, *A guerra civil espanhola*, Porto: Textos marginais, 1975, p. 122.

10 Frank Mintz, *Autogestión y anarcosindicalismo em la España revolucionaria*, p. 141.

Entre os dias 3 e 7 de maio de 1937 ocorria em Barcelona e em várias outras cidades da Catalunha – região ao norte da Espanha – uma insurreição operária. Seu impulso era avançar a revolução social e econômica iniciada em junho de 1936 contra o fascismo. O estopim da insurreição foi a tentativa do PSUC, partido estalinista da Catalunha, de tomar pela força as instalações da Telefônica, que fora coletivizada e era controlada por milícias anarquistas da CNT. As notícias incendiaram os bairros operários. Formam-se barricadas e as sedes da polícia e da guarda civil foram tomadas. A sede do governo de Barcelona é cercada. O comitê de defesa da CNT e vários sindicatos se preparam para tomar a sede do governo e os bastiões estalinistas. A cúpula das organizações, porém, comprometida com a frente popular e na manutenção da ordem, pede o recuo e a conciliação. O POUM não chama a luta contra o governo, os anarquistas com o poder nas mãos se recusam a dar mais um passo. O Grupo Bolchevique-Leninista (seção da 4ª Internacional) lança um panfleto: “*Nada de compromissos (...). Só o poder proletário pode garantir a vitória militar. Total armamento da classe operária*”¹¹. A polêmica não era apenas retórica, mas sobre as perspectivas reais de vitória da revolução em pleno andamento.

Na insurreição de Barcelona era jogado o futuro da revolução espanhola. A classe operária, seus comitês, milícias e fábricas coletivizadas enfrentou-se com aqueles que buscavam reconstruir o Estado burguês e não superá-lo. Após a desarticulação da insurreição a ofensiva contrarrevolucionária interna não encontrará mais limites. As prisões secretas do estalinismo agirão: torturas e assassinatos de dirigentes revolucionários como Andrés Nin e outros, ajudando a vitória final do fascismo. Para eles seria preciso derrotar os "inimigos do povo" os fascistas, trotskistas e anarquistas para defender a república. Na segunda metade de 1937 começa a fase final de ofensiva franquista e, após a queda da região da Catalunha, a república entre em sua crise final. Em maio de 1937 Largo Caballero é substituído por Negrín. Em junho de 1938 os dirigentes do POUM são presos. O caminho da derrota fora pavimentado. Em 28 de março de 1938 o general Franco entra em Madri. Foi nesse terreno minado que se desenvolveu a experiência das economias autogestionadas dos trabalhadores espanhóis, que muitas vezes contraditoriamente, buscavam exemplos ou se inspiravam nas ações iniciadas com a revolução russa de outubro de 1917. Havia contradições que merecem um exame, ainda que breve.

URSS e Espanha: duas experiências paralelas de controle operário da produção

A experiência das coletivizações provavelmente dialogava e acompanhava por diferentes canais aquela da URSS – de uma economia dirigida pela classe operária – e que teve em seus 20 anos de experiência desde outubro de 1917, pelo menos três momentos distintos que pontuaram o processo de implantação da economia planificada soviética. Consideramos importante retomarmos, ainda que brevemente, e para efeito de comparação, a experiência da URSS: o comunismo de guerra, a NEP e os primeiros planos quinquenais a partir de 1929. O caminho que levou à planificação soviética não possuía uma teoria anterior já consolidada e desenvolvida, todavia foi forjada da experiência e dos debates iniciais no interior do partido comunista da URSS. Na Espanha a teoria anterior e construída foi provavelmente mais difusa,

¹¹ Luis González et alli, *La Insurrección de mayo de 1937 en Barcelona, decisiva para la suerte de la revolución y la guerra*, p. 7.

mas igualmente buscou dialogar e responder às experiências e problemas concretos da economia sob controle dos trabalhadores.

Diego Abad de Santillán, militante anarquista mais ligado à corrente tradicional da FAI foi o primeiro a esboçar um programa econômico às vésperas da revolução e muitas de suas ideias ajudaram a orientar as ações das primeiras coletividades camponesas e gestores operários¹². Santillán foi um dos poucos teóricos anarquistas a traçar perspectivas e propostas para o que seria uma economia na Espanha baseada em princípios de uma sociedade libertária. Ele avançou modelos e propostas de uma futura federação que partiria dos níveis das comarcas locais até o plano nacional. Essas propostas chegaram a ser aprovadas no IV congresso da CNT em 1 a 10 de maio de 1936. A coletivização pela base buscava ser o termo utilizado para diferenciar o que seria a novidade do processo espanhol em relação às coletivizações da URSS.

Havia uma série de questões estratégicas para a consolidação da economia socialista na década de 1930 que necessitavam ser enfrentadas – como a concepção stalinista de planificação e centralização econômica autoritária – e que pontuou o debate político particularmente para a maioria dos militantes espanhóis que ocupavam a vanguarda das ações anticapitalistas. Dessa maneira, é preciso considerar que pouco se havia avançado, e nem era o objetivo do anarquismo em geral – em relação aos estudos e análises a respeito da centralização econômica e do mais elementar planejamento. Além disso, concorriam uma série de ações e iniciativas voluntaristas e muitas vezes isoladas no domínio da organização econômica, como a supressão do dinheiro em comunidades agrícolas de Aragão e que concretamente estrangulavam o funcionamento da economia, o acesso ao crédito para os produtores, que fez se aprofundarem ou surgirem novos problemas políticos¹³.

Há ainda muitas lacunas de dados globais para se avaliar a extensão física, política e econômica dos resultados da coletivização, em parte por conta de falta de dados globais que permitam unificar a ação da CNT e UGT, pelo deslocamento constante da frente de guerra e pela descentralização característica de muitas das iniciativas coletivistas. No entanto, os dados arrolados por Frank Mitz, ainda que gerais, nos permitem uma visão aproximada em números das ações então em andamento com as coletivizações no campo e algumas cidades:

Andaluzia com 120 a 300 coletividades englobando cerca de 63000 pessoas

Aragão com 450 coletividades e 300.000 pessoas além de 31 da UGT

Cantábrico com 100 coletividades e 13.000 pessoas

Catalunha entre 297 e 400 coletividades envolvendo mais de 70.000 pessoas. Nas indústrias pelo menos 80% do operariado estava envolvido e representava cerca de 1 milhão de pessoas com as famílias.

No centro do país as coletividades da CNT envolviam 23.000 famílias, o que somados aos coletivos da UGT envolviam pelo menos 176.000 pessoas.

Na Extremadura havia 30 coletividades e cerca de 220 pessoas em média.

No Levante a estimativa era de 503 coletivos e 130.000 pessoas.

12 Pierre Broué, *A revolução espanhola*, p. 168.

13 Ibidem, p. 181.

Totalizando esses dados, estimavam-se 758.000 trabalhadores coletivistas no campo e 1.080.000 nas indústrias.¹⁴

Esse processo de rápida ainda que muitas vezes caótica ampliação dos espaços econômicos sobre controle operário expressava a ação revolucionária dos trabalhadores espanhóis e possuía muitas identidades com o período inicial da revolução russa após a tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917. Foi um período marcado de um lado pelo espontaneísmo e iniciativas diretamente da base dos locais de trabalho, mas também pelo acirramento da luta de classes, pela ação da contrarrevolução e pela necessidade de se debater e implantar mecanismos para uma economia sob controle operário em plena guerra revolucionária. Na URSS as dificuldades foram imensas, mas havia um governo operário dos soviets e a coalização com a burguesia, o governo anterior no qual participavam os mencheviques, havia sido derrotado. Na Espanha a economia sob controle operário tentava avançar sob um governo de coalização de um setor da burguesia, os republicanos, em aliança com partidos e organizações operárias, inclusive anarquistas e frente a uma guerra revolucionária com os fascistas. Os desafios eram, portanto, de natureza semelhante sob certos aspectos, mas absolutamente inéditos em tantos outros.

Na URSS revolucionária desde outubro de 1917 o debate sobre as relações entre o controle operário e o grau de autonomia dos comitês de fábricas foi um dos primeiros desafios do emergente poder soviético no terreno da impulsão da economia¹⁵. Em certa medida a ação dos comitês de fábrica controlados pelos operários, quando agiam isoladamente, tendia a parcelar e desorganizar a produção. Foram então criados controles operários em 1918 visando exercer em uma escala mais ampla certa centralização. Do ponto de vista de Lênin o controle operário seria essencialmente uma medida preliminar com o objetivo de preparar a classe operária para avançar na direção do socialismo. Essa medida, no entanto, não obteve fácil aprovação. Houve um choque entre comitês de fábricas e a orientação do controle operário, mesmo no partido bolchevique. Os trabalhadores não estavam espontaneamente convencidos da necessidade de ver limitados os poderes dos comitês de fábricas recém-conquistados por sua subordinação a uma instância superior. Entre os comitês de fábricas e os soviets havia arestas ainda não aparadas, se é que poderiam ou deveriam. O sistema de poderes dos soviets fora se constituindo na luta concreta da revolução desde fevereiro, sem receitas, sem uma ordem prévia. Era expressão da criação política genuína das massas trabalhadoras. E nessa medida, não seria também compreensível que suas relações com os comitês de fábrica já estivessem acordadas. Pelo contrário, o caos da revolução e da guerra civil que avançaria por longos anos (1918-1921), as necessidades econômicas urgentes e as pressões por resultados imediatos precipitaram conflitos e debates políticos nos espaços da democracia operária soviética.

Entre as primeiras medidas econômicas do governo revolucionário saído dos soviets de outubro de 1917 estavam os decretos do controle operário de 19 de novembro e a formação do Conselho Superior da Economia Nacional (VSNKh). Nos primeiros momentos da revolução os confiscos e nacionalizações de empresas foram muito mais armas de luta política contra o poder burguês. Não havia sido possível no calor dos acontecimentos e iniciativas

14 Frank Mintz, op cit, p. 143-144.

15 Para detalhes sobre os debates iniciais da planificação na URSS, em parte aqui sintetizados, consultar artigo de minha publicado na revista Verinotio, primeiro semestre de 2017, sob o título “A revolução de outubro e a planificação econômica socialista”. <http://www.verinotio.org/>

políticas urgentes das primeiras semanas que se tomassem medidas e se realizassem planos de largo alcance. Um decreto de criação do Conselho Supremo de Economia Nacional de 1918 buscou estabelecer de maneira unificada as atividades de todas as autoridades econômicas centrais e locais, inclusive as do Conselho do Controle Operário de Toda a Rússia, e também em assegurar a organização planejada da economia nacional.

A proposta de controle operário visava criar uma articulação sistemática com o sistema dos soviets. Os comitês ou conselhos de fábricas seriam articulados às instâncias superiores que funcionariam ao nível da localidade, da província ou região. Não faltaram críticas de que essas medidas visavam submeter os comitês de fábrica aos soviets. Em um plano mais amplo e superior seria ainda constituído um Conselho de controle Operário de toda a Rússia. Evidentemente essas medidas sofreram feroz oposição da militância anarquista nas fábricas e soviets na medida em que estas correntes eram avessas a qualquer tipo de centralização¹⁶. Mas não só de anarquistas. No bojo dessas iniciativas de centralização houve uma polêmica entre os sindicalistas e militantes bolcheviques sobre a nomeação de diretores de fábricas por órgãos centrais. Lênin saiu em defesa da medida e afirmou: *“os operários sabem perfeitamente que 99% dos organizadores das grandes e gigantescas empresas, trustes e outros estabelecimentos pertencem à classe capitalista, e também os melhores técnicos; mas são precisamente eles que nós, do partido proletário, devemos empregar enquanto 'dirigentes' do processo de trabalho e de organização da produção...”*

Esses foram alguns dos primeiros passos no sentido de se criar uma economia com certa centralização e coordenação de objetivos fora dos ditames da liberdade de mercado. Essa primeira estrutura do controle operário demonstrou-se muito limitada para garantir a coordenação exigida pela grande produção industrial na escala de um país gigantesco e sob pressão da luta militar. Dificuldades também de ordem política incidiram nas tomadas de decisão. O controle operário foi se enfraquecendo pela falta de dirigentes e quadros políticos experientes e comprometidos em número suficiente, pelas exigências da guerra civil e das tarefas de gestão do estado operário que consumiam o tempo e energia militante do movimento operário.

O período de comunismo de guerra se prolonga até pelo menos 1921. A luta na guerra civil que buscava sufocar a jovem república socialista na Rússia acirrou violentamente a necessidade de centralização da economia. A sobrevivência da revolução esteve por um fio e medidas draconianas foram tomadas para fazer a economia funcionar e assegurar a permanência do exército vermelho em combate. Mesmo os antigos controles operários que haviam subordinado os comitês foram por sua vez também submetidos aos conselhos econômicos e desapareceram¹⁷. Durante o período de 1918 a 1923 o sistema dos conselhos econômicos tornou-se o instrumento de centralização e da gestão centralizado da indústria. Outro dos passos iniciais para a estruturação da economia planejada da URSS foi a criação em 22 de fevereiro de 1921 da Gosplan, ou comissão estatal de planejamento, ainda como apêndice da comissão de eletrificação de toda a Rússia. Tratava-se de um pequeno órgão técnico encarregado de preparar um plano econômico de desenvolvimento e que depois ganharia enorme importância.

16 Charles Bettelheim, *A luta de classes na União Soviética*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 135.

17Ibidem, p. 139

A pressão social da antiga burguesia, em grande parte expropriada, permaneceu e continuou por longos anos ainda na Rússia e depois URSS. De fato, houve a necessidade de um recuo dos objetivos de socialização da economia com a NEP (nova política econômica) e mais a frente uma burocratização da economia estatal e sua apropriação por uma camada social parasitária, se bem que a burguesia como classe dominante e hegemônica fora derrotada pela revolução operária de 1917.

Após o período inicial de debates econômicos, período em que o stalinismo ainda não se consolidara, propostas de planificação centralizada da economia foram sendo amadurecidas. O primeiro plano quinquenal foi aprovado em abril de 1929 durante a XVI conferência do partido comunista e já sem a presença dos principais dirigentes da Oposição de Esquerda como Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Preobrazensky que anteriormente haviam formulado propostas de aceleração da industrialização do país. Os debates teóricos sobre a economia socialista são substituídos por campanhas políticas para cumprimento de metas. Uma das mais audazes propostas pelo primeiro plano era de concentrar os investimentos na indústria, sendo 78% para bens de produção. Iniciava-se uma reviravolta no mundo camponês com o fim da NEP após a crise do trigo em 1925-1927 e a introdução de mecanismos de crescente coerção dos proprietários rurais à coletivização. No campo começava a ser implantada a coletivização de cima para baixo, mesmo sem adesão ou meios técnicos para a realização desta. Mesmo as assembleias de kolkoses perdem completamente sua autonomia. Tratava-se agora de perseguir e deportar milhares de grandes proprietários agrícolas, os chamados kulaks que, por outro lado, era o coração da produção agrícola do país ao controlarem 80% das indústrias agrícolas. Essa medida tomada de maneira brutal e burocrática destruiu grandes quantidades de meios de produção. A coletivização forçada não criava qualquer gestão coletiva e alimentava revoltas e oposição massiva dos camponeses. A resposta foi o aumento dos controles e o esmagamento de qualquer traço de democracia. Em 1931 a coletivização atingia 26,4% das terras cultiváveis, mas aumentam os controles, perseguições e esmagamento de qualquer divergência. Tratava-se da política dos punhos de ferro para cumprir metas ou sofrer punições. Houve um aumento da produção agrícola de 16,6 (1927-1928) para 25,8 bilhões de rublos em 1933¹⁸.

O segundo plano quinquenal foi aprovado no XVII congresso sem teses ou debates e propôs a prioridade absoluta para os bens de produção como máquinas, aço e energia. Quanto à agricultura foi estabelecido o aumento de 70% da produção de grãos, mas sem qualquer base na realidade. Os dados quantitativos não revelavam uma realidade assustadora que se desenvolvia. Os kolkoses que inicialmente se propunham a serem associações livres de produtores que aderiam paulatinamente ao processo de coletivização transformaram-se em correias de transmissão do partido e do estado. Deve-se destacar que a base técnica que se expandia com novos tratores, fertilizantes, técnicos e ampliação da alfabetização não significava que os trabalhadores estavam se apropriando coletivamente dos meios de produção ou, pelo menos, participando da sua gestão em nível local¹⁹. Pelo contrário, a cada vez maior burocracia política agia de maneira policial e brutal com imposição de metas e controles e esmagava os poucos espaços locais de autonomia e exercício possível da sonhada

18 Fábio Bettanin, *A coletivização da terra na URSS, Stálin e a 'revolução do alto' (1929-1933)*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p 96-97 e p. 153.

19 *Ibidem*, p. 191-194.

democracia socialista. A ditadura stalinista passo a passo fechava o cerco aos antigos e ainda jovens espaços da recém-conquistada liberdade democrática e socialista. Houve assim um retrocesso político e também econômico com a coletivização forçada do campo e uma redução das colheitas em 1932, além de ter-se destruído capacidades produtivas em escalas gigantescas, o que levantava questões mais sérias sobre a real capacidade de se fazer da agricultura uma reserva potencial para a ampliação da industrialização. Quando se iniciava, portanto, a experiência econômica espanhola de gestão operária, aprofundavam-se na URSS as características autoritárias da centralização burocrática da economia. De fato, o stalinismo era incompatível com o socialismo, com a apropriação coletiva pela classe operária, dos meios de produção. A planificação centralizada de uma economia social demonstrava inegáveis resultados quantitativos, mas a um custo humano e político brutalmente negativo na medida em que não se articulava com a ampliação da democracia operária e criava distorções crescentes por seu isolamento da economia mundial. Muito dessa realidade era completamente desconhecida dos militantes espanhóis da esquerda em geral, o que favorecia sua utilização pela propaganda stalinista.

O resultado que se apresentou nos primeiros planos quinquenais foi contraditório na medida em que expressava os fundamentos materiais altamente positivos da economia baseada na propriedade social, mas sob uma crescente burocratização política e de gestão administrativa. Dessa forma, essa experiência dos anos 1930 era uma contradição para se pensar em comparações entre o período do comunismo de guerra (1918-1921) e a autogestão. O processo que desenvolveu o chamado “modelo soviético” de planificação centralizada tal qual vigia na década de 1930 foi um fator político, neste caso negativo, para a experiência de autogestão na Espanha. Aqui a sua expressão foi a repressão stalinista contra todas as outras correntes operárias revolucionárias. Seria necessário examinar se na luta política que se desenvolvia no interior da revolução espanhola a experiência econômica da URSS e dos desdobramentos do segundo plano quinquenal eram utilizados como modelo para se contrapor à autogestão ou eram um obstáculo à luta dos stalinistas para barrar a revolução. De fato, a genuína experiência da revolução russa incomodava a política dos stalinistas espanhóis durante a revolução espanhola, seja sobre os anos iniciais da revolução russa quando houve uma gestão operária direta de grande número de fábricas, seja quando se colocava como possibilidade com o aceleração dos planos quinquenais e a possibilidade de serem vistos como alternativa socialista concreta para a parcela da Espanha que buscava na gestão operária um caminho para barrar a ofensiva fascista e suplantar o fascismo.

As coletivizações no campo

Em 1936 a Espanha possuía 24 milhões de habitantes, distribuídos em seus 505 mil quilômetros quadrados com solo produtivo de 28% desse total, e em 90% de sua extensão surgiam muitos espaços com rochas e terras medíocres. Essa situação tendia a rebaixar as possibilidades de ampliação das terras cultiváveis sem recursos tecnológicos ou investimentos mais densos. A propriedade e extensão das terras também eram marcadas por extremos que continham desde os latifúndios aos minifúndios, mas com poucas gradações intermediárias como médias propriedades em número significativo. Dessa maneira, a concentração expressava-se nos seguintes números: 2,04% dos cerca de 1 milhão e 23 mil proprietários de

terras possuíam 67,15% da extensão delas. Uma pequena minoria de pouco mais de 2% dos proprietários controlando quase 70% das terras cultiváveis do país não poderia ser visto como uma situação corriqueira e sem impactos sociais, econômicos e políticos significativos. Cerca de 50.000 fidalgos de província possuem mais da metade das terras e desses cerca de 10.000 possuem domínios superiores a 100 hectares. Deve-se ainda levar em conta que mais de 60% da população dependia diretamente do cultivo na terra para sobreviver com mais de 2 milhões de trabalhadores agrícolas e um milhão e meio de proprietários de domínios minúsculos. E mais de 80% dos proprietários de terras não obtinham delas mais do que uma peseta diária, ou seja, havia ainda o fenômeno da baixa produtividade. Mais de 30% das terras cultiváveis estava inculta principalmente por conta dessa estrutura econômica e social injusta

²⁰.

A lei de reforma agrária de 1932 teve resultados medíocres e causou enorme frustração entre os camponeses. Essa situação irá mudar radicalmente com a revolução. Havia mais de um milhão e 100 mil camponeses distribuídos por todo o país com direito a receber terras. Durante o período revolucionário foram distribuídas ou ratificadas ocupações de aproximadamente cinco vezes mais terras e atendidos dez vezes mais camponeses do que durante a reforma de 1932-1934, sendo que mais da metade eram controladas por coletividades. O Instituto de Reforma Agrária (IRA) reconheceu 823 coletividades da UGT e 284 da CNT, além de 1106 mistas que envolviam 156.822 famílias em uma extensão de quase 3 milhões de hectares, excluindo aqui os dados da Catalunha onde o IRA não atuava²¹. As coletividades agrícolas revelaram a possibilidade concreta de reversão dessa situação quando tornaram possível o aumento da produção agrícola, que se expressou em um significativo incremento entre 30 e 50% da produtividade da terra. Essa nova situação muito provavelmente estivesse relacionada ao fato de que de início muitos agrupamentos anarquistas entenderam que o problema do campo não se resolveria pela fragmentação em uma miríade de pequenos proprietários, ainda que de caráter igualitário. A divisão da terra em pequenas propriedades seria um atentado à produtividade da terra. Assim, foram ampliadas as áreas semeadas pela expropriação de terras improdutivas, aperfeiçoados os métodos de cultivo, com uma utilização mais racional da energia humana, animal e mecânica. Foram diversificados os cultivos, criadas escolas técnicas, e introduzidos novos métodos de qualificação dos trabalhadores com a alfabetização de adultos, realização de conferências, atividades culturais como cinema, teatro e leituras coletivas.

Mesmo um autor como H. Matthews, que se mostrava em geral hostil ao processo revolucionário espanhol, reconhecia as profundas e rápidas mudanças que ocorriam: *“Onde as fábricas foram ocupadas os salários chegaram a aumentar um pouco e os aluguéis baixaram. Nos campos os aluguéis chegaram a ser abolidos e registros de propriedades foram queimados, a terra confiscada e coletivizada. Havia, no entanto, pouco planejamento ou controle nessas ações, em geral locais e sem supervisão ou controle de centros provinciais ou de Madri. Em algumas aldeias anarquistas foram estabelecidas comunas libertárias e algumas chegaram a abolir o dinheiro, se autoproclamando como repúblicas. Muitas igrejas foram transformadas em mercados ou hospitais. Havia um desejo genuíno de se alcançar a igualdade, algo que existe*

²⁰ Pierre Broué, op cit, p. 20, Ver Também Frank Mintz, op cit.

²¹ Cifras e análises quantitativas detalhadas estão em Gabriel Jackson, op cit, p. 375-386.

sempre no centro de todas as revoluções sociais. As saudações com punhos fechados se tornaram corriqueiras".²²

Foram nesses novos espaços que houve uma aliança e interação dos trabalhadores do campo com setores técnicos antes mais distantes. Agrônomos, engenheiros, técnicos com conhecimentos específicos participaram de uma forma de planejamento econômico que, como não podia deixar de ser, emergia das relações diretas de cada comunidade, das coletividades, estendendo-se aos comitês locais e deles ao comitê regional. Esse aspecto de uma economia de transição que requer aliados sociais para avançar se refletia no testemunho de um militante anarquista citado por R. Rocker e que nos permite uma aproximação com a realidade concreta das coletividades e das relações com os proprietários: *"A CNT desde o início, considerou a burguesia comum e pequenos agricultores como aliados naturais na batalha contra o fascismo. Sua imprensa sempre apontou que, durante esse período de transição, ela reconhecia qualquer forma econômica que não tivesse em seus objetivos a exploração do homem pelo homem. Por essa razão, ela não colocou obstáculos no caminho do gerenciamento familiar do país ou de pequenas empresas nas cidades... Onde quer que os agricultores prefiram operações individuais aos coletivos agrários, eles tinham liberdade de escolha. Seus pequenos pedaços de terra não foram tocados (...). Em Aragon, por exemplo, uma maioria espantosa de pequenos fazendeiros decidiu-se pela agricultura coletiva. (...) Na realidade, uma relação bastante amigável existiu por muito tempo existiu entre a CNT e a burguesia antifascista. Isso não mudou até o trabalho perturbador dos stalinistas começarem e os comunistas usarem a pequena burguesia como seu trunfo contra os trabalhadores*".²³

Uma das características das atividades dos coletivistas era certo romantismo em relação ao funcionamento da economia. Talvez em pequenas comunidades isoladas pudessem existir relações econômicas baseadas em trocas diretas, salários igualitários e cooperativismo espontâneo. Foram ensaiadas várias experimentações: moeda local, bônus de consumo, ou simplesmente abolição da equivalência entre as coisas e a abstração monetária. Com a proposta de abolição do dinheiro as coletividades anarquistas ambicionavam abolir o valor nas trocas, humanizar as relações entre os homens e mulheres em sociedade. Criavam-se sistemas locais de trocas diretas, cartas de produtor ou consumidor, coordenações de trocas entre as regiões²⁴. Mas seria isso possível apenas em escala local e isolada do conjunto da comunidade dos homens e mulheres. Segundo a leitura de autores anarquistas, a presença de cenetistas não influenciava a aparição rápida de coletividades agrícolas e nem havia um direcionamento. O entusiasmo seria espontâneo e natural. De fato, não havia um plano de conjunto para se implantarem coletividades agrícolas e elas surgiram tendo ou não presentes milícias de sindicatos ou partidos²⁵. Em poucas palavras, tomamos o periódico *Tierra y Libertad*, para descrever um pouco mais como se desenvolveu esse movimento durante a revolução: *"Foram organizados municípios livres federados, dando a cada população o sistema de vida mais acordo com suas necessidades. Os meios de produção foram socializados, tudo passou a ser propriedade do povo. O dinheiro foi abolido e foram organizados armazéns para a*

²² Herbert L. Matthews, *Metade da Espanha morreu*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972. p. 127

²³ Rudolf Rocker, op cit, p. 66-67

²⁴ Gaston Leval, Princípios e ensinamentos das coletivizações, *Le Monde Libertaire*, maio-junho 1986, Citado em: *Espanha Libertária, a revolução social contra o fascismo*, São Paulo: Editora Imaginário, 2002, p. 90.

²⁵ Frank Mintz, op cit, p. 86-89

repartição dos alimentos, dando a cada um o bastante para cobrir suas necessidades."²⁶ Se tratava em parte de um movimento de caráter espontâneo. Mas havia tradições locais de coletivismo como dos bascos com longa tradição de autonomismo local e cooperativismo agrícola, bem como das tradições coletivistas dos pescadores do norte e da propriedade comum dos barcos, o que provavelmente tenha facilitado essas experiências em certas localidades.²⁷

Nas Astúrias a terra foi confiscada e coletivizada e implantado o comércio conjunto dos produtores, e em alguns locais o dinheiro foi abolido ou substituído por fichas. No sul e no centro da Espanha também surgiram fazendas coletivizadas. Havia uma tradição desde a invasão napoleônica, também na década de 1830 e em 1873 de eventos dessa natureza. Não podemos aqui afirmar se havia ou não um padrão ou planejamento e a direção geral desses processos, mas a História de lutas sociais da região que parecia estar apenas adormecida parece ter ressurgido com força. Devemos destacar, no entanto, que alguns autores ao tentarem desqualificar esses processos terminaram por destacar que a tradição desses embates sociais revelava um padrão de ação, ou seja, a suposta falta de planejamento era um padrão local, o espontaneísmo afinal seria continuidade dessa tradição.²⁸ Mas como essa realidade incomum e em pequena escala sobreviveria no interior de um país em revolução, cercado de potências econômicas mundiais que ambicionavam abocanhar uma parte importante de suas riquezas naturais, era uma situação que colocava obstáculos quase intransponíveis.

A diversidade do movimento anarquista que impulsionou muitas dessas ações colocava desafios e dificuldades consideráveis. Uma vertente do anarquismo – os individualistas – promoveu diversas atividades fazendo parte de um amplo movimento e momento de euforia produzido pela vitória da frente popular em 1936. Um dos seus instrumentos de articulação foram as revistas "Iniciales" e a revista "Estudios". Muitas de suas ideias poderiam ser caracterizadas como iniciativas de "fuga das cidades", de retorno a vida no campo e sua vida simples, o contato primordial com a natureza. A iniciativa de compras de terras nos arredores de Barcelona envolveu alguns de seus adeptos. Tratava-se de criar espaços experimentais, com formas de famílias alternativas, campos de nudismo e outros modelos supostamente alternativos de vida livre de toda autoridade e opressão. No entanto, essa euforia utopista teve que se enfrentar com a difícil realidade de um país frente a uma guerra revolucionária e exigências inadiáveis de sobrevivência, o que os obrigou em grande parte a sair de suas torres de marfim, se posicionar e assumirem compromissos além de seu individualismo contemplativo. A força das armas ia de encontro ao pacifismo e muitos deles perceberam que a ameaça fascista não era algo indiferente, ainda que houvesse entre eles de forma compreensível, grandes reservas em relação aos métodos do governo republicano e dos seus aliados stalinistas²⁹.

A autogestão em Aragão foi econômica e socialmente distinta de outras regiões. Ali se vivia pobremente e a agricultura não apresentava tantos elementos complexos como no Levante. A autogestão proposta pela CNT foi acompanhada de ampliação da atenção médica e

26 Ibidem, p. 29

27 Herbert L. Matthews, op cit, p. 127

28 Ibidem, p. 128

29 Xavier Diez Rodriguez, *L'anarchisme individualista a Yspania 1923-1938*, Universitat de Girona, p. 259-261, tese de doutorado, 2003, em linha: <http://www.tdx.cat/handle/10803/7833> 21/03/2017

aumento das atividades com a educação dos trabalhadores³⁰. Os cenetistas defendiam em geral a abolição da moeda em muitos povoados de Aragão e buscavam manter os salários, mas tentando retirar seu caráter de diferenciador dos trabalhadores. Nessa mesma perspectiva, várias empresas de Barcelona fizeram ensaios de salário único e não houve consenso como se relatou no congresso de fevereiro-março de 1937³¹. Mas se essas experiências não deram certo, avançou a igualdade de salários entre homens e mulheres e o salário familiar. Outro problema foi como agir frente aos salários altos dos técnicos e a diferenciação, houve um rebaixamento dos salários destes e a UGT nas ferrovias da Catalunha estabeleceu uma remuneração única para todos e um suplemento para os técnicos como forma de acordar. A CNT seguiu esta diretriz num congresso econômico ampliado em janeiro de 1938 ao reconhecer as necessidades complementares entre diversas categorias profissionais como algo circunstancial, mas que no futuro se deveriam eliminar as diferenças salariais.³² Se em Aragão a coletivização colocou problemas mais simples por conta da pobreza técnica e cultural – a população tinha menos necessidades modernas como bens de consumo refinados, distração e repousos mais elaborados – no Levante e Catalunha havia mais contrastes de classes, relações mais importantes com o mercado nacional e internacional, exportações agrícolas e industriais e portanto, mais problemas de gestão econômica.³³

Na ausência de planificação e centralização em escala mais ampla houve rivalidades entre coletivizações. Por exemplo, em Aragão e na Catalunha ocorreram conflitos em torno da eletrificação ou em relação ao comércio que várias coletividades faziam com o Estado em vez de realizarem via sindicatos³⁴. Camponeses e pequenos proprietários também se chocaram por conta de rivalidades entre anarquistas e stalinistas e seus aliados republicanos. Ainda que esta fosse uma rivalidade de outra natureza.

Embora a autogestão fosse aceita e adaptada a cada situação e em muitas localidades, o governo de Madrid e o Partido Comunista agiram em geral para destruir as coletivizações, se chocando com um verdadeiro processo de ampliação que ocorria. Por exemplo, em agosto de 1937 o general stalinista Líster dissolveu o conselho de Aragão e destruiu as coletividades para restabelecer a pequena propriedade agrícola, no mesmo momento em que na URSS eram anulados por extermínio quase todos os kulaks.³⁵ Em outro terreno a ofensiva stalinista também avançou. A UGT na Catalunha gradualmente tornou-se depositária dos elementos reacionários que estavam interessados na volta das velhas condições. Aqui os stalinistas buscavam retomar os antigos ‘sindicatos livres’ que durante a ditadura de Primo Rivera reuniam dirigentes reacionários. Iniciaram uma campanha sistemática de ataques às iniciativas e conquistas dos trabalhadores, como o boicote às fábricas e cooperativas agrícolas organizadas pela CNT e UGT³⁶. Em Castela houve diversos choques e obstáculos interpostos pelos sindicatos ligados à UGT a respeito de colaborar com aqueles ligados à CNT, frequentemente acusados de serem fascistas. Um testemunho dessa região relatava a situação:

30 Frank Mintz, op cit, p. 92

31 Ibidem, p. 110

32 Ibidem, p. 113

33 Ibidem, p. 97

34 Ibidem, p. 134

35 Mintz 93

36 Rudolf Rocker, op cit, p. 61

*“Mientras los confederados se dedican a organizar la producción y el abastecimiento, los representantes populares, que son a la vez dirigentes de la UGT, se dedican a la intriga y a la provocación, diciendo que no hay uno en nuestro sindicato que no sea fascista. Nuestros afiliados na hacen gran caso de las provocaciones, están ocupados em outros menesteres”*³⁷. A UGT controlada pelo PC foi contra o salário único e o salário familiar que considerava o número de filhos, afirmando que o salário único retirava o estímulo a capacitação dos operários³⁸.

Há um consenso na grande maioria dos historiadores honestos da revolução espanhola sobre o papel nefasto dos stalinistas, das execuções sumárias, dos métodos brutais contra adversários e dos esforços que fizeram para esmagar a revolução³⁹. Apesar disso, vários historiadores tentaram associar a ascensão do movimento revolucionário com o crescimento dos stalinistas na Espanha, mas a realidade era exatamente o contrário. Um jornalista estadunidense pouco entusiasta da revolução fez uma observação interessante e pertinente a respeito principalmente por refletir um olhar mais externo: *“Os comunistas formavam um oásis de disciplina e de moderação num ambiente extremista e, geralmente, desordeiro. Os comunistas criticavam e até odiavam o entusiasmo moral e revolucionário dos anarquistas e dos socialistas esquerdistas, a quem chamavam indistintamente trotskistas”*.⁴⁰ Talvez por isso a surpresa e a repulsa de George Orwell, quando descobriu que estes eram contrarrevolucionários foi reproduzida em seu célebre livro “Homenagem à Catalunha”.

A indústria e a autogestão operária

Cerca de 8% da população espanhola de então estava empregada na indústria. Dentre eles, mais de 15%, a maioria mulheres, trabalhava em fábricas de vestidos. A economia industrial sustentava-se nas indústrias têxtil, de construção e de alimentação e estas ocupavam mais da metade do total dos empregados. As indústrias, consideradas básicas, de mineração e metalurgia, apenas absorviam um pouco mais de 10% dos trabalhadores. E cerca de 70% dessa produção concentrava-se na região da Catalunha. Dos cerca de 4 milhões de trabalhadores assalariados aproximadamente 1.900.000 trabalhavam na agricultura, onde o desemprego era enorme e correspondia a 2/3 do total do país. O desemprego era uma séria questão também na Espanha desse período, onde igualmente a depressão econômica afetava milhões de pessoas, mas agravado pelos baixíssimos salários e a predominância do trabalho parcial, além do fato de não existir no país nenhum tipo de seguro contra o desemprego. Entre 1933 e 1936 aumentou o desemprego. Mas a classe trabalhadora como um todo havia conseguido importantes conquistas salariais e redução da jornada semanal par 44 horas nesse difícil período em grande parte por conta da crescente unidade sindical⁴¹.

37 José Luis Gutierrez Molina, Coletividades libertarias em Castilla, in: Gabriel Jackson, *Entre la reforma y la revolución 1931-1939*, p. 255

38 Frank Mintz, op cit, p. 116

39 Grande parte da documentação sobre as ações da NKVD na Espanha e de outros agentes da URSS ainda não é plenamente acessível, mas o grau de paranoia na perseguição aos “quinta-colunas” chamados invariavelmente de trotskistas possui ampla documentação, ainda que as campanhas de terror do stalinismo na Espanha sejam de menor intensidade e importância para alguns historiadores. Ver a respeito: Kowalsky, Daniel, op cit, p. 276-278 e 335.

40 Herbert L. Matthews, op cit, p. 129-130

41 Gabriel Jackson, *Entre la reforma y la revolución 1931-1939*, p. 359-361.

Pode-se dizer que houve uma política industrial na região durante o período revolucionário que se divide em três grandes fases. A primeira desde os primeiros meses da revolução até o final de outubro de 1936 e marcada pelos esforços para garantir o funcionamento (salários e matérias-primas) às indústrias. Uma segunda fase até junho de 1937 quando o departamento de economia da Generalitat é dirigido pela CNT e é baseada na forte presença sindical e um sistema de conselhos de fábricas. A última fase vai até o final da guerra civil e passa às mãos dos stalinistas do PSUC e caracterizada pela drástica redução da influência sindical, maior dirigismo e burocratização⁴². Desde o princípio o governo atuou no terreno econômico sob pressão das massas trabalhadoras e baixou diversos decretos que ampliavam e garantiam direitos sociais como a semana de 40 horas, aumento geral de salários em 15%, controle estatal sobre todas as cooperativas e seguradoras, redução obrigatória dos alugueis, criação da comissão das indústrias de guerra, proibição do aumento de preços em diversos setores. Essas medidas geraram muitas vezes reações contraditórias como a CNT condenando a semana de 40 horas e o aumento de 15% dos salários como suicidas e contrarrevolucionários.

A socialização das indústrias da Catalunha dirigiu-se inicialmente às fábricas que empregavam mais de 100 trabalhadores, àquelas abandonadas por seus donos, ou cujos proprietários tivessem sido considerados fascistas. Frank Mitz destaca a esse respeito o que seria o ponto forte da coletivização industrial e uma concepção geral de planificação: “(...) o comunismo libertário consistia em um sistema de trustes horizontais e verticais, de concentração de empresas para uma melhor e maior produção, eliminando a concorrência estéril e os interesses econômicos internacionais como a exploração mineira da Espanha para manter altos preços mundiais”⁴³. Além dessas empresas coletivizadas podemos destacar outro quatro tipos de unidades produtivas: as empresas controladas pelo governo ou sindicatos ainda que privadas, as empresas nacionalizadas muitas delas ligadas a produção militar, as empresas municipalizadas principalmente ligadas a serviços públicos e fontes de arrecadação local e os agrupamentos que concentravam várias fábricas unidas como um cartel e uma única empresa e sob controle sindical⁴⁴.

Nessa perspectiva, foram formados organismos nacionais para discutir a nova economia. Um dos momentos desse processo de elaboração resultou do Congresso de Barcelona, de outubro de 1936. Foi pensada a socialização industrial, e, como resultado, seria implementado o controle do governo catalão sobre a autogestão. Esse controle, porém, buscava evitar a concorrência e o confronto, buscando coordenar a economia regional, mas sem se sobrepor à organização libertária da produção, preservando a autogestão de cada fábrica como base do sistema federalista. Defendia-se que o federalismo garantiria ampla flexibilidade de ação e que esta seria indispensável frente às diferenças regionais. Dessa forma cada comitê regional ou local teria condições de tomar iniciativas sem necessitar de consultas aos comitês centrais.:

A proposta autogestionária aparentemente implicava em combinar em um mesmo processo desde a base, e espontaneamente, três orientações: as estatísticas para controlar a economia, as novas técnicas para reestruturar a economia e a cultura para buscar uma nova

42 Walther L. Bernecker, *Colectividades y revolución social, el anarquismo en la guerra civil española 1936-1939*, Barcelona: ed. Crítica-Gribaljo, 1982, p. 313-314.

43 Mitz...

44 Walther L. Bernecker, *op cit*, p. 374-375.

visão de mundo⁴⁵. Desde junho de 1937 para a agricultura e em janeiro de 1938 ocorreram Plenos Econômicos Ampliados impulsionados pela CNT-FAI. A CNT chegou a definir um plano global para articular a economia privada e a autogestionária. Um documento da central afirmava que: *“Se a socialização é operada pelo Estado, então não é mais que um fato da nacionalização; se são os sindicatos os que realizam a nacionalização da riqueza, ou seja, de suas fontes criadoras, inegavelmente, esse fato é igual à socialização. A diferença, em todo caso, consiste em que de fato atue o Estado ou o produzam os sindicatos”*.⁴⁶ A proposta da CNT parecia sinalizar para a possibilidade de uma convivência parcial entre duas esferas, além de não se atentar para o fato de que muitos sindicatos poderiam ser controlados pelo estado⁴⁷.

Quando J. Fàbregas esteve no conselho de Economia da Catalunha representando a CNT foram publicados dezenas de decretos de regulação da economia. Nessa ocasião o dirigente anarquista se pronunciou por um sistema econômico coordenado pelos sindicatos através de conselhos de indústrias e “coordenado” pelo estado através de um órgão superior para regular e orientar a economia. Foram criados diversos órgãos reguladores como a Caixa de Crédito Industrial e Comercial e que levaria setores anarquistas a proporem uma economia centralmente planejada⁴⁸, o que necessariamente não significava renunciar à autonomia dos conselhos de base nas indústrias.

A ação direta do movimento operário ocorria paralela e independente das tentativas de planificação e centralização das atividades econômicas, ainda que as necessidades da guerra tenham obrigado os operários a tomarem iniciativas de organização da produção e sua gestão. Foi o caso da oficina que foi organizada em Barcelona para dar conta da blindagem de caminhões e carros e que exigia trabalhadores habilitados para a serralheria e instalações semelhantes:

*“Para cada seção havia um delegado de produção. Este delegado era nomeado pela assembleia da fábrica, e todos os delegados se reuniam uma vez por semana depois das horas de trabalho. Nestas reuniões estava presente o delegado da coletividade, com voz e voto. Também tinha que estava presente um delegado da administração coletiva... administração da fábrica estava a cargo das oficinas centrais, dali se passavam os pedidos para a fabricação e as oficinas da fábrica p passavam ao delegado da seção correspondente. A missão destes companheiros das oficinas de fábrica era o controle da matéria prima que entrava e o controle da mercadoria fabricada, assim como o controle da entrada e saída das pessoas.”*⁴⁹

A excitação revolucionária era evidente e poderia lembrar as primeiras ações após a queda do czarismo na Rússia de 1917 quando muitas fábricas foram tomadas e passaram a ser geridas pelos comitês operários: *“a transformação anticapitalista aconteceu aqui sem a necessidade de se recorrer à ditadura. Os membros dos sindicatos são seus próprios mestres, e continuam a produção e a distribuição dos produtos do trabalho sob sua própria gerência com o conselho de experts técnicos em que eles têm confiança. O entusiasmo dos trabalhadores é tão*

45 Ibidem, p. 126.

46 Citado por Frank Mitz, p. 118, S.O. 17/01/1937.

47 Na mesma época que ocorria a experiência autogestionária espanhola o México era governado por Lázaro Cárdenas e lá desenvolveu-se um processo de nacionalizações de empresas que envolvia o estado e se buscava envolver e submeter os sindicatos. Como já destacamos, A. Gorz buscou caminhar numa orientação de complementaridade com a economia de mercado.

48 Walther L. Bernecker, op cit, p.315.

49 Fonte...

*grande que eles recusam qualquer vantagem pessoal...*⁵⁰ No mesmo sentido, em Barcelona havia várias empresas de transporte que foram unificadas pelos trabalhadores e estes, de maneira independente, resolveram problemas de horários, de contabilidade, quantidade e qualidade de produção, além de se preocuparem com problemas de aposentadoria, educação e atividades culturais.⁵¹ Mesmo Antonov Ovssenko cônsul da URSS em Barcelona, depois fuzilado a mando de Stálin, reconhecia que o movimento anarquista da Catalunha era enraizado na classe trabalhadora e estava sendo capaz de reconstruir as fábricas e portos arruinados com seu trabalho coletivo⁵². Há, no entanto, o registro do mesmo Ovssenko implorando a Moscou o envio de assessores especializados em mobilização industrial e voltados para a indústria militar, o que teria permitido quintuplicar a produção de munições no final de 1937. Outros assessores e fontes de origem soviética stalinista buscavam ainda destacar a incapacidade e limitações da indústria espanhola, apesar da assessoria da URSS, o que estaria ligada a uma provável ação de sabotagem segunda essa leitura stalinista⁵³.

Houve, de fato, vários problemas reais e concretos referentes a gestão e planejamento da produção industrial sob controle operário para os quais não havia receitas teóricas prontas. Tratava-se de problemas e dificuldades de diversas naturezas que se originavam de divergências políticas e teóricas mas também de ordem técnica e relacionadas as formas de gestão. Em alguns locais surgiu um tipo de neocapitalismo de alguns coletivos que buscavam se isolar e sobreviver concorrendo localmente com outras comunidades ou unidades econômicas autônomas de trabalhadores.

Ocorria de forma frequente a falta de técnicos qualificados para manejar estatísticas e contabilidades, o que precipitava a gestão no completo pragmatismo e improvisação. Alguns dirigentes e autores anarquistas frequentemente se opunham de fato às propostas de uma total coletivização socialista da economia. E muitos não escondiam a necessidade de convivência com os capitalistas. A ideia de uma grande revolução social popular poderia ser prejudicial à república ao trazer uma imagem que afastaria ‘homens de negócios’ e financistas estrangeiros segundo autores anarquistas como R. Rocker⁵⁴. Na polêmica com os anarquistas Trotsky não poupou os dirigentes: *“Os anarquistas não tiveram nenhuma posição independente na Revolução Espanhola... os operários anarquistas tendiam a buscar uma saída pela via bolchevique (19 de julho, jornadas de maio), os dirigentes, ao contrário, empurravam com todas as suas forças as massas em direção ao campo da Frente Popular, isto é, ao regime burguês.”*⁵⁵

Havia outros obstáculos de ordem diretamente política. O abandono político das unidades autogestionadas por parte das direções da CNT e UGT é também apontado como uma das causas das dificuldades crescentes das unidades autogestionadas. A legislação republicana ainda seguia discriminando e subordinando as áreas autogestionadas, que representavam uma das expressões da continuidade do processo revolucionário que se desenrolava combinado com a luta contra os fascistas, por isso os ataques crescentes dos

50 Rudolf Rocker, op cit, p. 64

51 Frank Mintz, op cit, p. 151

52 Artigo publicado no *Manchester Guardian* em 22/12/1936, citado por Rudolf Rocker, op cit, p 64-65

53 Kowalsky, Daniel. Op cit, p. 268-271.

54 Rudolf Rocker, op cit, p. 66-67

55 Leon Trotsky, A revolução espanhola – compilação, São Paulo: Iskra, p. 250.

stalinistas.⁵⁶ Os reflexos ocorridos nos processos de autogestão são em grande parte atribuídos a falta de matérias-primas para a indústria e coletividades agrícolas, que em parte seriam atribuídas a sabotagem do governo republicano e a dependência externa da URSS⁵⁷.

Havia também dificuldades de articulação e gestão da economia nas áreas republicanas. Desde o princípio do conflito o governo republicano central, ainda mais que o governo da Generalitat da Catalunha, buscou implantar uma política econômica dirigista e intervencionista que apontava muito mais para um capitalismo de estado. O decreto de 25 de julho de 1936 criava um comitê estatal para controlar e se necessário nas indústrias. Outro decreto de 2 de agosto submetia as empresas abandonadas por seus antigos proprietários ao controle estatal. Por outro lado, na Catalunha a presença de uma militância e ações revolucionárias deram um perfil mais radical ao decreto das coletivizações de 24 de outubro de 1936, que para uns foi visto como reconhecimento legal do sistema coletivista e para outros como forma de controle sobre os movimentos desde abaixo⁵⁸.

O conflito militar exerceu pesada pressão sobre os resultados dos processos autogestionários. As condições em que se deu a autogestão foram difíceis, a divisão da Espanha em duas zonas com duas áreas econômicas, os bombardeios, a falta de energia elétrica, limitou a energia às fábricas de armamentos. Indústrias têxteis da Catalunha começaram a entrar em colapso por conta da falta de matérias primas em 1938. Surgiram outros problemas econômicos como a inflação dos produtos industriais, as diferenças entre os salários dos operários com as empresas coletivizadas pagando 120 a 140 pesetas semanais e as coletividades rurais 70 pesetas enquanto nas indústrias de guerra se pagavam 200 ou mais pesetas⁵⁹. Apesar de todas as dificuldades houve um notável avanço da produtividade e qualidade da produção, queda de custos, racionalização de setores administrativos e supressão de intermediários parasitários do comércio⁶⁰.

Centralização ou federalização da economia socializada

Havia uma ideologia geral do movimento anarquista de que a auto-organização e conscientização dos trabalhadores seria suficiente para manter em pleno funcionamento o sistema econômico socialista e certamente F. Mitz foi um dos mais influentes autores dessa perspectiva: *“A existência da autogestão espanhola, ou seja, a maturidade dos trabalhadores desmente a necessidade de controle, de estímulos tão rígidos, sobretudo quando constatamos que em quase todas as decisões econômicas e políticas os dirigentes, tanto anarquistas como marxistas, cometeram erros incompreensíveis. (...) Se a base controla, então sabe sacrificar-se. Se não tem o poder, a base não admite que a sacrifiquem. Como os trabalhadores não tomam decisões não sentem responsabilidade”*⁶¹. No entanto, o cotidiano revelou as imensas dificuldades, obstáculos e contradições que uma economia operária teria que enfrentar. Por outro lado, houve uma identificação mecânica entre a planificação autoritária do stalinismo e

56 Frank Mintz, op cit, p. 153-153

57 James Joll, *Anarquistas e anarquismo*, Lisboa: Dom Quixote, 1977, p. 309.

58 Walther L. Bernecker, op cit, p. 316-318.

59 Frank Mintz, op cit, p. 106- 107

60 Antoni Castells Duran, *La transformación colectivista en la industria y los servicios de Catalunya 1936-1939*, <http://vientosur.info/spip...> Em 08/02/2017.

61 *Ibidem*, p. 16

os resultados concretos da planificação como método de gestão econômica socialista, mas dissociada da democracia operária da qual se originara como já mencionamos.

Muito da concepção e dos balanços posteriores da experiência espanhola foram construídas em confronto com a planificação feita sob a ditadura stalinista. Mas seria adequado identificar o regime político da burocracia soviética com as conquistas da economia socializada livre do mercado capitalista? Neste caso, simetricamente, também seria necessário reconhecer que a economia operária hegemônica por concepções anarquistas também construiu alternativas, em que pesem suas limitações para sobreviver e se desenvolver no quadro internacional e em sua ênfase nas características individualistas por parte de alguns autores como R. Rocker: *“Socialismo não tem sido neste caso algo que possa ser ditado as pessoas de cima para baixo por alguma burocracia de estado ou partido, mas um processo de crescimento orgânico que procede da atividade social das próprias massas e encontra em sua organização econômica a base através da qual une todas as forças criativas e sem impor restrições artificiais à iniciativa do indivíduo.”*⁶²

O programa econômico dos stalinistas espanhóis embora nos métodos buscasse reproduzir a experiência econômica da revolução russa, estruturava-se sob uma base política completamente diferente. O PCE como o PSUC catalão buscavam a ordem, o fortalecimento da aliança republicana e tinha em sua ampla base a pequena burguesia apavorada pelos excessos dos coletivistas. O economista E. Ruiz Ponseti, do PSUC, defendia, num paralelismo com a Rússia, passar rapidamente no “comunismo de guerra” para uma “nova política econômica” que permitisse a coexistência da propriedade privada e socializada para se evitar os excessos do coletivismo imediato. Ao mesmo tempo propunha nacionalização da indústria básica (transportes, mineração, indústria bélica e bancos) com uma planificação centralizada e sob direção unificada. Em agosto de 1937 os partidos comunistas e socialista fecharam um programa econômico comum por uma política centralizada e planificada da economia sob a coordenação de um Conselho Econômico Nacional no qual participariam sindicatos e regiões autônomas. A proposta se completava com a defesa da municipalização dos serviços urbanos e a defesa das pequenas empresas de comércio e indústria. Os stalinistas defendiam ainda o cooperativismo como forma de combater as propostas de coletivização e socialização dos meios de produção defendidos pelos anarquistas e dialogar com sua base social nas camadas médias da sociedade⁶³.

Os limites do anarquismo – idealismo ao lado de propostas e ações concretas ligadas à classe operária, mas inseridas em um utopismo incapaz de derrotar os seus inimigos de classe - ajudaram a desarticular o avanço das coletivizações. A oposição às hierarquias burocráticas, sim mas como acabar com a divisão entre trabalho manual e intelectual de pronto se sequer havia técnicos ou a permanente rotatividade de funções, ou a revogação de dirigentes⁶⁴. Uma das marcas da economia operária de orientação anarquista inicial foi o culto não só ao espontaneísmo, mas a uma concepção pragmática e anticientífica em relação a economia: *“O movimento operário libertário da Espanha nunca se perdeu no labirinto de uma dialética*

62 Ibidem, p. 82

63 Walther L. Bernecker, op cit, p. 287-291.

64 Frank Mintz, op cit, p. 158

*econômica, e então sua energia intelectual exuberante nunca esteve enfraquecida por ideias fatalistas, como tão frequentemente tem sido o caso com o socialismo em outros países.”*⁶⁵

Houve choques entre coletividades camponesas e sindicatos nas cidades e todo tipo de dirigismo ou centralização era vista em geral pelos anarquistas nos primeiros meses da revolução como autoritarismo econômico⁶⁶. Essa posição nos seus limites impedia qualquer forma de consolidação dos espaços autogestionários. Do ponto de vista dos autores anarquistas as iniciativas econômicas eram perfeitamente viáveis, muito embora estivessem distantes da alcançar qualquer viabilidade econômica e política fora dos circuitos restritos das aldeias e de uma economia com pouca complexidade tecnológica e laços externos que retomava a concepção kropotkiana de uma sociedade ideal de pequenos produtores individuais de costas para a complexa economia industrial e seus laços internacionais interdependentes.

Não havia unanimidade sobre as diferentes concepções político-econômicas que basearam as formas de centralização ou planificação e muitos anarcossindicalistas não consideravam contraditória a autonomia da base com uma planificação do conjunto da sociedade. Em 11 de agosto de 1936 o governo da Catalunha, por exemplo, criou o Conselho de Economia e a CNT decidiu integrá-lo. Em Valência também se criou um conselho econômico. Nesses conselhos estavam representados todos os grupos sindicais e políticos. Na Catalunha formalmente ele tinha um caráter consultivo, mas adquiriu na prática um caráter executivo de coordenação da atividade econômica geral. Deste organismo participavam CNT, PSUC, POUM, UGT, mas também partidos e organizações burguesas e pequeno-burguesas. Para as correntes anarquistas o Conselho de Economia não era um órgão de governo, ainda que fosse a instância que tomava todas as decisões econômicas da Catalunha, mas um “órgão da revolução”. Para o governo republicano a presença das organizações operárias ajudaria a legalizar a revolução e conter a possibilidade de sua radicalização⁶⁷.

As posições originais dos anarquistas em relação à economia e sua articulação centralizada sofreram grandes mudanças ao longo do processo revolucionário. A referência inicial que unificava os anarquistas era a de que surgiria uma sociedade sem estado ou propriedade individual sem que se precisassem criar novos organismos, sendo que a vida econômica se daria em torno dos sindicatos e dos municípios livres expressando uma mescla de anarquismo individualista e tradições comunais mais próximas de uma concepção de sociedade e economia agrárias isoladas e de subsistência. No entanto, dois autores anarquistas elaboraram modelos econômicos que buscavam dialogar com a existência de uma economia mais complexa e estruturada em bases também industriais: Joan Peiró da CNT e ministro da Indústria do governo republicano e Diego Abad de Santillán da FAI e conselheiro catalão de Economia e que já mencionamos. Este último propôs constituir conselhos de fábricas baseados na democracia direta e funcionamento do comércio e indústrias organizados pelos sindicatos, que deveriam se articular com as comunas locais. Ele propunha a formação de um Conselho Econômico Federal com tarefas econômicas e administrativas de coordenação. Ele ainda reconhecia a necessidade de um período de transição econômica e

65 Rudolf Rocker, op cit, p.

66 Frank Mintz, op cit, p. 128

67 Walther L. Bernecker, op cit, p. 321-322.

experimentação de iniciativas livres, ainda que no plano político houvesse o fim imediato do estado⁶⁸.

A suposta ausência ou recusa em se colocar a questão da centralização e planificação em escala mais ampla questionando o capitalismo, um dos problemas mais sensíveis foi o desvio das grandes questões de gestão das empresas para questões da própria empresa: “São muitas as empresas coletivas que tem como preocupação primordial o aumento de salários e até a diminuição das horas de trabalho, exigindo salários correspondentes as horas não trabalhadas. Se age como se a empresa burguesa continuasse”⁶⁹. A coletivização supostamente permitia avançar para uma centralização impossível na economia de mercado de então na Espanha: “Montamos oficinas confederadas de duzentos ou mais trabalhadores, como jamais existiram em Barcelona e pouquíssimas no resto da Espanha (...). Nós aceitamos a coletivização de todas as indústrias, mas com um só caixa, buscando a divisão equitativa. O que não aceitamos é que haja coletivizações pobres e ricas.”⁷⁰

A questão era que não se viabilizaria uma economia controlada pelos trabalhadores sem questionar o conjunto das relações de mercado e o próprio estado espanhol. Havia possibilidade de se articular com flexibilidade a autogestão local com a planificação central, ainda que permanecesse uma ambiguidade no movimento anarquista entre ver a autogestão como alternativa global ou espaço de complementaridade com as economias de mercado. Tratava-se do denso debate sobre a transição econômica ao socialismo e neste caso parece haver um ponto de identidade entre as concepções anarquistas e stalinistas ao manterem sempre aberta a possibilidade de coexistência do mercado ao lado da economia socialista, planificada ou não.

Uma das questões colocadas pelo movimento anarquista e que limitou o alcance da área econômica autogestionária foi que a gestão operária queria abstrair o fato de que havia um governo nacional de colaboração de classes com a burguesia espanhola republicana, inclusive com a ativa participação de ministros anarquistas ainda que sem total consenso entre os produtores e militantes anarquistas. Como seria então possível conciliar um governo dessa natureza com o avanço de um duplo poder que questionava a própria ordem capitalista? A socialização da produção e sua gestão operária não era um processo isolado da luta pelo poder político. A experiência proposta e realizada pelas organizações anarquistas parece abstrair que os dois processos como autônomos. Buscar uma economia autogestionária ao lado de um governo de conciliação de classes – com os anarquistas dentro – era uma convivência que significava fazer da economia coletivista existente um setor complementar e não alternativo como acreditavam implantar. A aliança com a burguesia e o avanço do stalinismo bloqueavam a ampliação da economia operária por um lado, mas havia também as necessidades inadiáveis da economia de guerra que exigiam centralização ao lado da luta pelo poder independente aos operários, ambas as perspectivas que os anarquistas se recusaram a realizar. De fato, os líderes anarquistas foram abrindo mão de suas posições iniciais, cada vez mais aceitando o intervencionismo por conta das urgências da guerra, e se adaptando e participando do estado. No Pleno Econômico Nacional da CNT realizado em janeiro de 1938 em Valência foram aprovadas resoluções a respeito da centralização da administração

68 Idem, p. 291-293.

69 Ibidem, p. 119, citando *Bulletin interior de la CGT*, nov 1937, n. 21-22.

70 Frank Mitz, op cit, p. 119

econômica, das federações nacionais de indústrias, criação de conselhos para a regulação e coordenação da economia, além da proposta de fundação de um banco sindical⁷¹. Essa posição parecia expressar uma crescente adaptação da liderança anarquista à coalização de classes em que já participava na Frente Popular.

Muitos autores anarquistas ao proporem uma autogestão paralela, admitiam talvez sem o saber, a possibilidade de continuidade da lei do valor, da permanência de relações mercantis e do valor como categoria das relações entre os homens. Essa posição de defender a nacionalização das indústrias de base e a manutenção da propriedade privada em alguns setores era reveladora da maior disposição para uma colaboração com setores econômicos de proprietários, o que revelava novas rupturas com as antigas posições anarquistas⁷². Por outro lado, ao contornarem as relações de poder no estado, não tocavam nas formas políticas necessárias para alterar o poder e garantir a continuidade da economia autogestionária. A planificação e a centralização das grandes decisões econômicas, e aí tinham razão os anarquistas em certa medida, seriam monstros burocráticos se não fossem acompanhadas de ampla e democrática participação dos próprios trabalhadores. Alguns autores caracterizaram a experiência econômica das coletivizações das indústrias da Catalunha como *sui generis*, na medida em que nem foram democráticas e autônomas como defendiam os anarquistas, nem totalmente dirigidas e centralizadas como defendiam os stalinistas⁷³. Entre os dois extremos: a autogestão voluntarista e isolada da economia ou a centralização e planificação burocrática e autoritária talvez estivesse o caminho para viabilizar uma economia socialista sob real controle dos trabalhadores.

71 Walther L. Bernecker, *op cit*, p. 299-301.

72 Walther L. Bernecker, *op cit*, p. p. 298.

73 Ver Walther L. Bernecker, *op cit*, p. 347.

Bibliografia e fontes:

- Bernecker, Walther L. *Colectividades y revolución social, el anarquismo en la guerra civil española 1936-1939*, Barcelona: ed. Crítica-Gribaljo, 1982
- Bettanin, Fábio. *A coletivização da terra na URSS, Stálin e a 'revolução do alto' (1929-1933)*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1981.
- Bettelheim, Charles *A luta de classes na União Soviética*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Broué, Pierre *A revolução espanhola 1931-1939*, São Paulo: Perspectiva,
- Duran, Antoni Castells. *La transformación colectivista en la industria y los servicios de Catalunya 1936-1939*, <http://vientosur.info/spip...> Em 08/02/2017.
- González ET alli, Luís. *La Insurrección de mayo de 1937 en Barcelona, decisiva para la suerte de la revolución y la guerra*, Madrid: POSI, 2007.
- Gorz, André, *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- Jackson, Gabriel. *Entre la reforma y la revolución – La República y la guerra civil 1931-1939*, Barcelona: editorial Crítica, 1980.
- Joll, James. *Anarquistas e anarquismo*, Lisboa: Dom Quixote, 1977.
- Leval, Gaston. Princípios e ensinamentos das coletivizações, *Le Monde Libertaire*, maio-junho 1986, Citado em: *Espanha Libertária, a revolução social contra o fascismo*, São Paulo: Editora Imaginário, 2002.
- Les Cahiers du CERMTRI*, Documents sur révolution espagnole (1937-1939), 71, decembre 1998.
- Kowalsky, Daniel. *La Unión Soviética y la guerra civil española, una revisión crítica*. Barcelona: Crítica, 2004
- Matthews, Herbert L. *Metade da Espanha morreu*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.
- Montebello, Natalia, Invenções econômicas libertárias na revolução espanhola, revista *Verve*, 10: 152-182, 2006. Em <https://we.riseup.net/assets/190120/Natalia%20Montebello%20Inven%C3%A7%C3%B5es%20econ%C3%B4micas%20libert%C3%A1rias%20na%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Espanhola.pdf> em 18/05/2017.
- Mitz , Frank. *La autogestión en la España revolucionaria*. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1977.
- Nin, Andrés. *A guerra civil espanhola*, Porto: Textos marginais, 1975
- Rodriguez, Xavier Diez . *L'anarchisme individualista a Yspania 1923-1938*, Universitat de Girona, p. 259-261, tese de doutorado, 2003, em linha: <http://www.tdx.cat/handle/10803/7833> 21/03/2017
- Rudolf Rocker, *A tragédia da Espanha, notas sobre a guerra civil*, 2 ed., São Paulo: Terra Livre, 2016.
- Tierra y Libertad*. Editado por la Federación Anarquista Ibérica. Madrid, Queimada, no. 216, julho de 2006, p. 8.
- Trotsky, Leon. *A revolução espanhola – compilação*, São Paulo: Iskra, 2014.